

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Economia e Relações Internacionais
Curso de Graduação em Economia

INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO NA CHINA APÓS SUA ABERTURA
ECONÔMICA

EDUARDO BARBOSA CURZEL

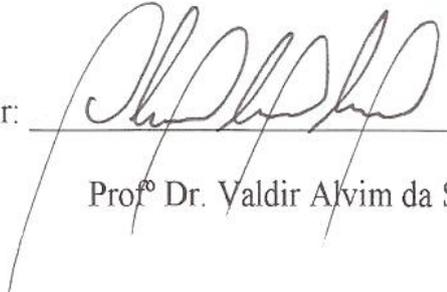
FLORIANÓPOLIS 2015

EDUARDO BARBOSA CURZEL

Investimento direto externo na China após sua abertura econômica

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais Curso de Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do Título de Bacharel em Economia.

Orientador:



Prof^o Dr. Valdir Alvim da Silva

Florianópolis, 2015

EDUARDO BARBOSA CURZEL

INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO NA CHINA APÓS SUA ABERTURA
ECONÔMICA

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota **9,0** ao aluno **EDUARDO BARBOSA CURZEL** na disciplina CNM 7107 – Monografia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado em Relações Internacionais.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva

Orientador – CNM/CSE/UFSC

Profa. Dra. Iara Costa Leite

Membro 1 - CNM/CSE/UFSC

Prof. Diogo Signor

Membro 2 - CNM/CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS, 2015

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que me apoiaram a todos com a minha formação. Formação não só na graduação, mas também minha formação como pessoa. Inicialmente gostaria de agradecer à minha família que sempre me forneceu tudo que eu precisava e sempre prezou como primeiro plano a minha educação. Roberto Luiz Curzel, Luciana de Freitas Barbosa Curzel e Luiza Barbosa Curzel, vocês sempre foram muito importantes e presentes em toda minha vida, meu agradecimento é eterno. Também sou grato a todos meus tios, primos, avós, que felizmente são todos muito participativos e fazem parte ativa da minha vida. Além da minha família, se sou quem sou hoje é graças aos meus amigos, que desde minha infância sempre estiveram comigo, sendo meu ponto de apoio várias vezes na minha vida.

Duas organizações também foram fundamentais para eu estar aqui hoje e saber realmente quem eu sou e o que quero fazer. Um agradecimento especial para a AFS, que fez com que minha forma de ver o mundo mudasse, também a AIESEC, que me deu muita da minha base profissional e autoconhecimento, da AIESEC quero agradecer em especial ao EB Beyond, o EB Rhino que me moldaram e fizeram parte dos melhores anos da minha vida.

Agradeço também a Universidade Federal de Santa Catarina, que foi onde passei vários anos da minha vida e jamais irei esquecer tudo. Em especial ao professor Valdir Alvim, por todo o apoio e compromisso na minha orientação de monografia.

Por fim, muito obrigado também Hardwell, por ter me acompanhado em toda a minha monografia, sendo muito importante para me puxar e me motivar para que mais essa conquista tenha sido capaz.

RESUMO

CURZEL, Eduardo Barbosa. **Investimento direto externo na China após sua abertura econômica**. Florianópolis, 2015. 44f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

Desde o fim do século XX uma nova potência econômica tem emergido. A China mostra uma média de crescimento poucas vezes vista antes na história mundial e hoje já se aproxima aos países desenvolvidos em vários fatores econômicos e sociais. Neste trabalho buscou-se entender como foi todo o processo de reforma iniciado em 1979 por Deng Xiaoping que transformou um país socialista, rural em uma potência econômica. Juntamente com a reforma, procurou-se ver qual foi e ainda é o papel do Investimento Direto Externo dentro das mudanças e como que ele foi incentivado e trabalhado para que essa “nova China” tenha sido possível.

Palavras-chave: China; Investimento Direto Externo; Deng Xiaoping; Crescimento Econômico;

ABSTRACT

CURZEL, Eduardo Barbosa. **External direct investment in China after your economical opening**. Florianópolis, 2015. 44f. Monograph (Graduation) - Federal University of Santa Catarina, Socioeconomic Center..

Since the end of the XX century a new economic power has emerged. China shows a growth rate hardly seen before in the world's history and today it's already close to the developed countries in some economic and social situation. Here we looked for understand how was all this reform processes, beginning in 1979 by Deng Xiaoping, that transformed a socialist and rural country in economic power. Together with the reform, we strived to see which is the role of the Foreign Direct Investment inside all this changes and how it was encouraged and worked for this "new China" be possible.

Keywords: China; External Direct investment; Deng Xiaoping; Economical growth;.

LISTA DE ABREVIACÕES

CJVs – Joint Ventures Contratuais

EIEs – Empresas de investimento estrangeiro

EJVs – Joint Ventures Igualitárias

EMNs – Empresas multinacionais

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

IDE – Investimento Direto Externo

OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMC – Organização Mundial do Comércio

PCC – Partido Comunista Chinês

PIB – Produto Interno Bruto

RPC – República Popular da China

TVEs – Empresas semi públicas de vilas e cidades

WFOs – Empresas totalmente controlada por estrangeiros

ZEEs – Zonas Económicas Especiais

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. China: crescimento do PIB e média mundial (1961-1979).....	35
Gráfico 2. China: crescimento do PIB e média mundial (1980-2013).....	36
Gráfico 3. China e EUA: PIB de exportação de bens e serviços (1982-2013).....	37
Gráfico 4. China e EUA: Variação anual de entrada de IDE (1982-2013).....	37
Gráfico 5. China: variação PIB per capita (1960-2011).....	38
Gráfico 6. China e EUA: número de aplicação para patentes (1985-2013).....	39

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	6
LISTA DE ABREVIACÕES	7
LISTA DE GRÁFICOS	8
CAPITULO I. CHINA: SOCIALISMO E ATRAÇÃO DE CAPITAL GLOBAL.....	10
1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Formulação da situação problema.....	10
1.2. Objetivos	11
1.2.1. Objetivo Geral	11
1.2.2. Objetivos Específicos	11
1.3. Metodologia da pesquisa	12
CAPITULO II. REFORMA ECONÔMICA CHINESA	13
2.1. Reformas na China: progresso social e econômico nos últimos 30 anos	13
2.2. O contexto: políticas econômicas e a extensão da cooperação com o mundo exterior ..	14
2.3. As ideias de Deng Xiaoping	15
2.4. Reforma na Agricultura	16
2.5. Descentralização da autoridade central na China	18
2.6. Reforma Urbana e Industrial	19
CAPITULO III. INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO NA CHINA	23
3.1. Investimento Direto Externo e integração econômica internacional	23
3.2. Caso chinês: os incentivos fiscais para empresas estrangeiras e adesão à OMC	26
3.3. Evolução do processo do Investimento Direto Externo na China	27
3.4. Investimento Direto Externo e seus benefícios	29
3.5. Zonas Econômicas Especiais (ZEEs)	31
CAPITULO IV. ANÁLISE SOCIOECONÔMICA PRÉ E PÓS REFORMA	35
4.1. Evolução pós reforma indicadores econômicos e sociais.	35
CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

CAPITULO I. CHINA: SOCIALISMO E ATRAÇÃO DE CAPITAL GLOBAL

1. INTRODUÇÃO

A economia chinesa tem se destacado no período recente por apresentar elevadas taxas de crescimento quando comparada às demais economias em desenvolvimento tendo uma taxa média de crescimento do PIB igual a 10% nos anos 1990 e 9,4% entre 2000 e 2005. Entre os principais condicionantes do elevado crescimento chinês estão: as altas taxas de investimento, uma maior abertura comercial, política de estímulos favoráveis às exportações e à atração de investimentos externos, a manutenção de um regime cambial rígido e favorável ao desempenho do setor externo e os investimentos em capital humano.

Em um poucos mais de 30 anos a China deixou de ser uma economia fechada para ser uma das principais economias globais e hoje é um dos países que dita o ritmo da economia global. Isto se deu a partir da abertura econômica e um modelo de crescimento bem pensado em longo prazo. O modelo chinês chama atenção de todo o mundo e intriga os outros países sobre o seu sucesso. A China passou de um país agrário e pouco industrializado para um país exportador de bens de consumo duráveis através de algumas medidas como a criação das Zonas Econômicas Especiais, entrada controlada de capital estrangeiro, investimentos em agricultura, indústrias de base, tecnologia e ciência.

1.1. Formulação da situação problema

Uma avaliação do processo de desenvolvimento chinês é de extrema importância para ver qual o diferencial chinês, ou o que a China fez que outros países não conseguiram.

Nos artigos e pesquisas utilizados neste trabalho, afirma-se que foi em 1979 que aconteceu esse *turning point* na economia chinesa, quando esta passou pela sua maior reforma nesses últimos anos. O início de tudo que vemos e falamos hoje sobre o gigante asiático vem mudando a forma como se pensava a economia socialista, e mais importante ainda, mudando

a forma de como se pensava o socialismo na China. A situação começou a mudar quando o país abriu suas portas e seu mercado utilizando-se de políticas de atração de capital global.

Analisando desde 1979 até hoje em dia, o elemento transformador pode ser interpretado pela ideia e sonho de alguns políticos chineses em sua forma de pensar essa máquina econômica buscando o passo a passo dessa reforma. Assim, foi de extrema importância para este estudo buscar compreender os fatos e acontecimentos que realmente contribuíram para que toda essa transformação tivesse acontecido num curto espaço de tempo. Afinal, a problemática envolvida nesta pesquisa diz respeito ao que fez um país socialista com base totalmente agrária se tornar hoje uma das economias mais fortes e que mais crescem no mundo?

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

Estudar a origem e de como foi feita a mudança política e econômica no governo chinês, vendo a evolução e resultados finais destas medidas e comparando o período estudado com o resto do mundo, ou países chaves.

1.2.2. Objetivos Específicos

- 1.** Estudar como foi feita a reforma chinesa de 1979, qual a situação da época, principais líderes da reforma e também as principais políticas e mudanças feitas;
- 2.** Avaliar qual foi papel do Investimento Direto Externo em toda a reforma chinesa a partir de 1979 e como foi sua evolução tanto em resultados quanto em estratégias e políticas;
- 3.** Analisar os dados econômicos e sociais chineses no período anterior a reforma e também após ela ter acontecido. Comparando dados do mesmo período com o resto do mundo e/ou países chaves globalmente.

1.3. Metodologia da pesquisa

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p.50)

Para dar base ao trabalho teórico foram utilizados 46 artigos científicos, publicados em sua maioria na plataforma SCOPUS. Já na parte analítica e de conclusão a base de dados é do Banco Mundial.

Desta forma, no capítulo II é trabalhado o primeiro objetivo específico em que se faz uma introdução à reforma conduzida por Deng Xiaoping em 1979, descrevendo como foi pensado na época os instrumentos e setores seriam utilizados para o nascimento de uma nova China.

Já no capítulo III, desenvolve-se o segundo objetivo específico depois de ter abordado uma introdução geral da reforma econômica chinesa. Um dos principais pontos tratados na reforma foi o Investimento Direto Externo. Sobre essa política é visto desde o seu conceito de como foi aplicado na China, sua importância e as Zonas Econômicas Especiais e seu caso na China.

Assim, o terceiro objetivo específico é tratado no capítulo IV aonde foi feita uma análise dos dados econômicos e sociais da China anteriores a 1979 até 2013, em que é feita uma comparação com o resto do mundo e países chaves.

No final é feita a conclusão em que se expõe qual foi a importância do Investimento Direto Externo para que a China chegasse ao que é hoje, tendo uma análise teórica e explicativa do desempenho econômico da China recentemente.

CAPITULO II. REFORMA ECONÔMICA CHINESA

2.1. Reformas na China: progresso social e econômico nos últimos 30 anos

Em 1978, com a decisão de embarcar numa reforma econômica e induzir uma política de portas abertas, dificilmente alguém previa o sucesso da reforma que geraria tanto progresso, social e econômico na China nos 30 anos seguintes (TISDELL, 2009).

Tisdell (2009) comenta que desde 1978 uma mudança institucional extraordinária tem acontecido na China a qual tem sido muito efetiva na promoção do crescimento econômico e avançando em seu status internacional. Toda essa mudança foi feita, sem que houvesse uma mudança de estrutura política no país, ou seja, a China permanece como um país de um partido só, guiado pela liderança do partido comunista, obedecendo ao pensamento de Economistas Institucionais, que afirmam que o desenvolvimento das nações podem somente ser entendido considerando a maneira de como as instituições desses países mudam, se desenvolvem ou falham para tal. Na China, estas mudanças institucionais são muito visíveis, graças a um papel muito ativo que o governo exerce, desde o início da sua reforma.

Gerschenkron (1962) no capítulo 1 de seu livro escreve que países que tiveram sua industrialização ou seu desenvolvimento mais tardio, como por exemplo a Alemanha, possuem um padrão de desenvolvimento diferente, assim como o caminho para o desenvolvimento econômico, visto que isto se deu em diferentes momentos da história e em contextos culturais diferentes, se comparado com as nações que já eram consideradas desenvolvidas. Roland (2008) apoia esta ideia, dizendo que simplesmente fazer um transplante institucional de uma sociedade para outra, provavelmente falhará em atingir desenvolvimento econômico. Não basta copiar um modelo, por mais que deram certo em algumas nações, os contextos, as histórias, as culturas, são diferentes e isto influencia no sucesso ou no fracasso das instituições. Roland comenta:

Baseado no conhecimento cultural (que se diferencia muito do Oeste) a China, como os outros países asiáticos, tem desenvolvido instituições unicamente rápidas e atingindo uma trajetória de crescimento rápida”. A China tem experimentado isso com suas próprias instituições para o

mercado em vez de importar instituições do Oeste. (ROLAND, 2008, p. 148)

Para Tisdell (1993) a principal mudança ocorrida foi no método em que se acreditou ser necessário para atingir o crescimento econômico da China e desse modo manter o status do Partido Comunista Chinês (PCC). Novos métodos requerem mudanças institucionais significantes.

2.2. O contexto: políticas econômicas e a extensão da cooperação com o mundo exterior

Pode-se dizer que a China possuía uma obsessão para atingir de fato um crescimento econômico, desde que o PCC chegou ao poder em 1949. Porém com o passar do tempo, os direcionamentos econômicos se tornaram cada vez menos efetivos em atingir esse objetivo e em encontrar as necessidades da população (TISDELL, 1993). Mesmo assim, um ano antes do início da reforma, em 1977, não havia nenhum sinal de que a China estava prestes a mudar suas políticas econômicas e a extensão da cooperação com o mundo exterior. Os créditos da mudança vão direto para Deng Xiaoping (TISDELL, 2009).

A partir 1976 de alguns eventos aconteceram na China para que resultasse o início da reforma econômica ocorrida anos depois. O primeiro destes eventos foi a morte do líder moderador Zhou Enlai em Janeiro. Zhou Enlai, assim como Deng Xiaoping, acreditava que uma mudança social e econômica era necessária na China, mas isto foi rejeitado pelos líderes do PCC até então. O segundo, em Setembro de 1976, o presidente Mao Tse-Tung, que dirigiu a China por mais de 27 anos, também morreu. Mao foi um grande líder, entretanto suas políticas foram muito custosas para a China. Pouco após a morte de Mao, a “Gangue dos Quatro” foi presa, acusados de efervescência política e agitação social, durante os últimos anos de Mao no poder. Com estas mudanças, não havia mais barreiras, e o caminho parecia livre e pronto para a China tomar um novo caminho de desenvolvimento, guiada por Deng Xiaoping. Após estes acontecimentos Deng conseguiu o apoio dos líderes do partido. Alguns outros fatores contribuíram para este apoio ter acontecido. Em 1978 era claro que as políticas do PCC já não entregavam mais resultados econômicos satisfatórios e para acalmar os “linha-dura” do partido, Deng deixou bem claro que o seu principal objetivo era preservar o domínio do PCC na China e garantiu que o propósito da reforma chinesa, era para ter um Socialismo com característica chinesa (TISDELL, 2009).

Em 1978, a reforma filosófica de Deng ganhou força no PCC e foi aceita em um dos Congressos do Partido. Este “OK” para as ideias de Deng era um *turning point* para o desenvolvimento chinês, tanto social quanto econômico. Neste mesmo encontro, as principais decisões foram: sistemas e métodos da gestão econômica seriam transformados; cooperação com outros países seriam expandidos; esforços para adoção de tecnologias e equipamentos avançados; trabalho científico e educacional iriam ser fortalecidos para encontrar as necessidades da modernização. Neste pleito, deu-se ênfase também às quatro modernizações, que eram uma modernização na agricultura, na indústria, na defesa nacional e tecnologia (TISDELL, 2009).

Agora era oficial, expressou o *The Research Department of Party Literature*, o PCC queria concentrar-se como nunca em um crescimento rápido de produção para aumentar significativamente o padrão de vida chinês e fortalecer a defesa nacional do país. (PCC, 1991, p.10)

2.3. As ideias de Deng Xiaoping

Deng Xiaoping começou com algumas mudanças simples, mas que para ele eram fundamentais para a China atingir o seu objetivo. Entre estas mudanças e as pequenas reformas pode-se citar a alteração no sistema de acesso à universidade, que passou a ser fundamentada puramente no mérito estudantil, em outras palavras, resultados nos exames, sem mais contar o passado das famílias e as conexões políticas. Antes, inúmeros estudantes eram barrados nas universidades por suas famílias, no passado, já haviam sido capitalistas ou donos de terras. (LI, et al. 2007) Aqui se nota a importância que Deng estava dando ao conhecimento, pesquisa e a universidade, o que era considerado fundamental para se chegar na China que ele sonhava. Tisdell (2009) reforça justamente este ponto, dizendo que Deng se importava com os acadêmicos e cientistas para o futuro do desenvolvimento econômico e da posição internacional da China. Na linha de Deng Xiaoping enfatizar a relevância do profissionalismo e as habilidades individuais, foi concordado que se deveria focar na promoção das competências e em pessoas talentosas (TISDELL, 2009).

Deng tinha a visão de que o mundo tinha mudado, e a situação que se via em 1970 já não era a mesma da do início da República Popular da China em 1949. Desta forma, as

políticas, as cabeças deveriam mudar, era necessário agir de outra forma para o progresso da república e nesse cenário havia necessidade e espaço para as reformas que ele defendia. A política chinesa deveria ser guiada mais pelo pragmatismo econômico e realidade atual, e não mais por antigas teorias políticas baseadas numa luta de classe contínua e conflitos entre países socialistas e nações com economias fundamentadas no capitalismo de mercado. Deng, por exemplo, era muito impressionado pelo que o Japão conseguiu fazer em seus avanços industriais, isto depois desde iniciar sua política de modernização, que começaram com a restauração Meiji (TISDELL, 2009).

De acordo com Tisdell (2009) outra conquista de Deng, que começou a se realizar e que era difícil de imaginar acontecendo em um país socialista, era um sistema de incentivo e pagamentos referentes à qualidade e quantidade de trabalho e não mais focado na necessidade de cada indivíduo, isto para promover a produção.

Seguindo aos pensamentos de Deng e algumas medidas já tomadas, no dia 13 de Março de 1985 o PCC declarou a ciência moderna e tecnologia como os fatores mais importantes para o avanço da produtividade social, ainda mais tarde, Deng Xiaoping, fez um grande discurso sobre isso. Comparando com o governo de Mao, isso foi um grande avanço para a China, visto que antes os intelectuais eram oprimidos por este antigo governo. Por isso, as declarações foram consideradas uma reversão de mais de 15 anos de anti-intelectualismo. (HOU, 2011)

2.4. Reforma na Agricultura

Na mesma sessão plenária que foi decidida dar o início às reformas na China, também foi decidido que esta deveria iniciar-se na agricultura pois naquele tempo, era o fundamento da economia nacional, segundo Tisdell (2009).

Antes de 1978 na China, não só a propriedade era pública, mas também o trabalho da população, que não podia vender seu serviço de forma livre, e, todavia eram designados a fazer tal serviço baseado no plano da economia central. Assim que a reforma ocorreu, isso já não era mais visto (HOU, 2011).

Na agricultura, quando houve este incentivo para os fazendeiros trabalharem, após a abolição do modo de coletivização e da adoção universal da responsabilidade de propriedade,

o crescimento logo resultou em um aumento na demanda por trabalhos industriais, ressaltando que nesta época ainda era inconstitucional estabelecer firmas privadas. Além disso, o sistema Hukou proibia os trabalhadores rurais de migrarem para áreas urbanas. Este gargalo foi solucionado pela inovação institucional da criação de empresas semipúblicas de vilas e cidades, as *Township and Village Enterprises* (TVEs), ajudando na industrialização rural e contribuindo para o crescimento agregado (WANG, 2015).

Por meio do dinâmico crescimento, o setor das TVEs tornou-se um setor líder, gerando benefícios aos intersetores e para todo o sistema. Mais especificamente, as TVEs:

- 1) atenuaram o problema de excesso de trabalho no campo e a fuga de camponeses para a cidade;
- 2) expandiram o escopo de atividade de mercado, trazendo pressão de competitividade para as empresas estatais;
- 3) difundiram o potencial sobre as reformas para uma divisão crescente entre áreas urbanas e rural e;
- 4) contribuiu para o desempenho de exportação da economia.

Esta última consequência é a demonstração do círculo vicioso chinês reforma econômica. Inicialmente, grandes distâncias e vários setores separaram o que é provavelmente as reformas de maior sucesso da China, a sua reforma rural e sua política de abertura de portas comerciais. Enquanto as reformas na agricultura aumentavam a produtividade agrícola, o seu impacto nos outros setores da economia é uma lição a ser tirada deste sucesso (CHEN; JEFFERSON; SINGH, 1991).

Poucas das conquistas e falhas da reforma chinesa podem ser vistas de forma isolada. Uma mudança dinâmica em um dos setores afeta outros. Para entender o sucesso da característica da reforma chinesa, é fundamental entender a sinergia que causou todo esse impacto. A reforma chinesa iniciou no setor agrário, sendo o sucesso inicial dessas reformas incontestável. Com o retorno da agricultura familiar, a produção cresceu rapidamente. Enquanto o crescimento da produção de grãos entre os anos de 1953 – 78 foi em média 2,5%, após a reforma de 1979 até 1984 esse crescimento foi de 6,8% (CHEN; JEFFERSON; SINGH, 1991).

Deng é caracterizado pelo seu realismo e gradualismo, e a importância de se aprender por tentativa e erro. Novas estruturas institucionais propostas eram testadas primeiramente em uma região em particular ou localidade, ou um setor econômico primeiro. Os resultados econômicos e sociais eram observados, caso a política se mostrasse um sucesso, era estendida

para outras regiões ou setores, com algumas alterações que se fizessem necessárias. É interessante observar que essa forma de política é utilizada até hoje pela China. Com o sucesso da reforma agrária e agrícola, esta foi aplicada em toda a China, e após o seu sucesso, a reforma alavancaria para outro setor, o urbano e industrial (TISDELL, 2009).

2.5. Descentralização da autoridade central na China

Uma das primeiras questões a serem tratadas na reforma da China foi a tensão entre os governos locais e o central. A descentralização da autoridade central na China se iniciou em 1980, este início se deu com uma reforma fiscal. Já em 1984 houve uma reforma no funcionamento do comércio exterior. Para finalizar, em 1993, outra reforma ocorrida no sistema tributário foi realizada. Há muito tempo havia esta tensão grande entre os governos locais e o central, por isto estas reformas foram feitas para delegar poder o econômico central para estes governos locais, aliviando assim estas tensões. Desta forma, os governos locais passaram a possuir mais autoridade, por exemplo, para aprovar projetos de investimento externos em zonas de comércio e investimentos especiais, taxa de juros para estes investimentos, estabelecimento de empresas comerciais, exportação de subsídios, alocação de divisas a taxas oficiais, e acesso aos mercados de swap cambial, juntamente com uma economia doméstica extensiva com o estabelecimento de projetos industriais e criação de mercado local para favorecer a economia local (SHIRK, 1994:31)

Esta descentralização da autoridade foi muito boa como política de alívio da tensão já comentada, porém, esta mesma descentralização deixou o Estado com uma capacidade menor de governar suas políticas macroeconômicas. Dentre as consequências negativas desta descentralização para o governo central podemos citar: (i) superaquecimento econômico acompanhado de inflação, escassez, déficit orçamentário e comercial; (ii) segmentação dos mercados nacionais por protecionismo local; (iii) competição entre os governos locais por comércio exterior e investimento; e (iv) interferência administrativa local (SHIRK, 1993:182)

Com a crise financeira asiática em 1997 e percebendo que os governos locais estavam sendo um grande desafio para o governo central, o PCC e o governo central começaram a tomar algumas medidas para fortalecer a capacidade de Governo na macroeconomia. Entre essas medidas estão uma revisão do sistema bancário, com fim de reduzir a interferência

política dos poderosos chefes do partido nas províncias (SAICH, 2001:74), e racionalizar o sistema de cobrança dos impostos, para evitar cobranças de taxas excessivas (SAICH, 2001:75; WANG, 2004: 537).

2.6. Reforma Urbana e Industrial

A China nos anos 80 e 90 passou por três tipos de transição. A primeira delas foi passar de uma economia planificada para uma economia voltada para o mercado; a segunda foi passar de uma economia rural e voltada totalmente para a agricultura para uma sociedade urbana e com foco na indústria; a terceira dessas reformas foi passar de um país fora da OMC para um país membro da OMC. Isto tudo sem provocar tumulto, colapso, como o ocorrido ao se comparar com as antigas nações socialistas no leste europeu e a União Soviética (WANG, 2015)

Com a emissão em 1984 do documento “Nas Reformas das Estruturas Econômicas” pelo PCC, as reformas econômicas chinesas se fortaleceram e avançaram ainda mais. O sucesso das reformas na agricultura foi muito claro, e este documento lançava uma extensão das reformas, agora estendidas à toda economia sob outro foco, a reforma econômica urbana e industrial (TISDELL, 2009).

A segunda questão chave e sensível na reforma da econômica doméstica foi a relação entre indústria e governo, ocorrida no momento em que a liderança da China virava sua atenção para as reformas do setor industrial urbano em 1984. Diferente da privatização em massa sucedida em outras economias em transição, como a República Tcheca e Rússia, a China tomou parte da reforma para liderar com a relação governo – local através de uma escolha ótima de sequenciamento (ROLAND, 2001).

Com o objetivo de promover um aumento no desempenho industrial, durante os anos 80, foram introduzidas três medidas importantes para a relação governo – indústria. A primeira delas foi a reforma na administração das empresas estatais enquanto se mantivesse o controle estatal sobre as empresas. Isto incluía uma expansão na autonomia das empresas (1978-82), impostos por lucro (1983-86) e sistemas de responsabilização de contratos (1986-88). O segundo era deixar a administração das TVEs para governos locais (1984-95) por causa da descentralização de autoridade, conseqüentemente as TVEs se tornaram a

engrenagem do crescimento econômico do meio dos anos 80 e início dos 90. E o terceiro era encorajar o desenvolvimento das empresas individuais e empresas de investimento externo, chamadas de “empresas de três capitais” - Joint Venture Chines-estrangeiro; joint venture contratual chinês-estrangeiro; e 100 por cento capital estrangeiro. (WANG, 2002).

Dentre as reformas, as empresas e indústrias que tiveram menos sucesso foram as empresas estatais, apesar de terem recebido a maior parte da atenção do governo chinês. É estimado que no fim dos anos 70 as empresas estatais contribuíam com 80% da produção, contudo, sua contribuição caiu para cerca de 50% em 1990. Em contraste com as empresas estatais, as TVEs se tornaram a força motora da economia chinesa, enquanto as empresas de “três capitais” cresceram de 0 para 10% em representação no mesmo período (YABUKI,1995:47).

Bolesta (2007) argumenta que a China tem adotado uma abordagem de desenvolvimento já feita pelo Japão na época do Meiji e por Bismarck em relação ao desenvolvimento da Alemanha. O autor ainda diz que “Os governos desses estados seguiram um caminho de desenvolvimento projetado e até agora tem se favorecido como um estado intervencionista em relação aos estados de mercado aberto” (BOLESTA, 2007: 105). Além disso, Bolesta afirma que “o desenvolvimento do estado é seguidamente conceituado numa posição entre economia aberta liberal e uma economia com planejamento central” (BOLESTA, 2007: 105): Não sendo capitalista, nem socialista, o governo assume um papel ativo de guia no desenvolvimento em cooperação com o interesse comercial. Por fim, o autor também menciona em seu artigo que o sucesso de um certo estado é muito dependente da habilidade profissional dos servidores públicos que atuam.

A reforma urbana industrial chinesa não começou formalmente até 1984. Várias reformas que foram decretadas durante o período de 1978 a 1984 foram consideravelmente expandidas em 1984, mas o pacote de reformas de 1984 não tinha como característica o “*big bang*” que foram aplicados no Leste Europeu e nas antigas repúblicas soviéticas. Em particular, o programa da reforma industrial urbana chinesa tinha como ênfase uma expansão na autonomia das empresas, incentivos e redução, mas não eliminação.

Dentre as reformas mais importantes neste setor estão:

Contratos de responsabilidade administrativa, que estabelecia vários pontos como, por exemplo, lucros, remessa de lucros e impostos;

Retenção de lucros e autoridade para investir e distribuir bônus a partir dos lucros retidos;

Expandiu também a autoridade para a escolha do nível e mix de produção, de vender a produção e aquisição de matéria prima no mercado, e para negociação de preços.

Essas reformas foram efetivas em prover fundos, que dentro dos limites regulamentados, puderam ser usados para recompensar comportamentos de busca de lucros e financiar novos investimentos. O resultado foi uma reorientação dos administradores das empresas e trabalhadores em relação à competição, comportamento em busca do lucro e tendência para empresas mais lucrativas, isto para capturar uma maior parte dos recursos de investimentos (CHEN; JEFFERSON; SINGH, 1991)

Em relação à privatização das empresas estatais, a partir de 1992 algumas políticas foram promovidas para esta reforma como as que tratam da autonomia na contratação, demissão e também na alocação de investimentos de capitais. Também a política de “dominar as grandes e liberar as pequenas” foi iniciada em 1995. Nesta, entre 50 e 55 grandes empresas estatais foram mantidas no controle do estado, as pequenas e médias empresas controladas por distritos e cidades se tornariam em uma variedade de empresas não estatais através da expansão do sistema de participação. (SAICH, 2001: 234; WU, 1999b:1061; QIAN, 1999).

O que também aconteceu foi a expansão das empresas não estatais ao invés de uma privatização massiva de empresas estatais (QIAN, 1999), como resultado, as TVEs se tornaram a engrenagem de crescimento da China. É estimado que em 1993, as TVEs já eram 36% de toda indústria nacional, sendo que em 1978 essa participação era de 9%. (WANG, 2002). Outro ponto adotado pelo governo central foi a dupla abordagem da liberalização de mercado, diferentemente do preço fixado único, este sistema fixava o preço das principais *commodities*, (como carvão, petróleo e aço), enquanto os preços de bens de consumo ordinários eram regulados pelo mercado (WANG, 2002).

A natureza do controle das empresas na China tem diversificado muito. A importância relativa de empresas estatais tem caído consideravelmente (YANG; ZHENG 2005, WEN 2005), por exemplo, Qian e Wu (2008, p.50) discutem que mais de 60% do PIB chinês é produzido por empresas privadas. Durante o período de reforma, a China se tornou um ímã para Investimento Direto Externo, por conta disso muitas empresas estrangeiras agora operam na China. Indo além, a abertura comercial chinesa tem crescido de forma excepcional (TISDELL, 2006) e sua estrutura de troca também. A China aumentou sua importância como exportador de *commodities*, tecnologicamente sofisticadas se comparado com o passado, e nível do volume de Investimento Direto Externo cresceu significativamente. Apesar de tudo

isso, a sua estrutura de comércio internacional demonstra ser de um país com nível de desenvolvimento médio (TISDELL 2007).

Como resultado dessas reformas, a economia chinesa se transformou. A China saiu de uma posição em que não havia nenhum Investimento Direto Externo e um nível bem baixo de comércio internacional, para uma posição de maior receptor de Investimento Direto Externo e um nível bem alto de comércio internacional e reservas internacionais (TISDELL, 2009).

CAPITULO III. INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO NA CHINA

3.1. Investimento Direto Externo e integração econômica internacional

De acordo com OECD (2008) o investimento direto externo é um elemento chave na integração econômica internacional, pois cria ligações diretas, estáveis e duradouras entre as economias. Ele também estimula a transferência de tecnologia e *know-how* entre os países, ajudando na promoção dos produtos no mercado internacional de uma forma mais efetiva. O IDE é uma fonte adicional de financiamento para o investimento, e com um ambiente político adequado, pode ser um veículo importante para o desenvolvimento.

A OECD (2008) define o Investimento Direto Externo (IDE) como o investimento entre fronteiras por uma entidade residente de uma economia com o objetivo de obter um interesse duradouro em uma empresa residente de outra economia. Esse interesse duradouro implica na existência de uma relação de longo prazo entre o investidor direto e a empresa, também como um grau significativo de influência por parte deste investidor na gestão da empresa. Como critério básico para considerar um IDE, o investidor deverá possuir pelo menos 10% do poder de voto da empresa investida.

A OECD possui um índice de restritividade de IDE de um país, neste índice são considerados quatro tipos de restrição: restrição de capital estrangeiro; despistagem ou aprovação de mecanismos; restrições em empregos estrangeiros chave; restrições operacionais. O índice mostra quais os setores e serviços dos países tendem a ter mais restrições de IDE. Atualmente para a OECD (2015) o país que mais apresenta índice de restrições é de fato a China, seguido por Myanmar e Arábia Saudita. O que deixa evidente que de fato as liberalizações, regulamentações só são para alguns setores específicos e não para a econômica como um todo, que continua muito fechada. Apesar desse nível de restrições, para Atkearney (2015) a China aparece em segundo lugar como local aonde os investidores se sentem mais confiantes para investir.

Para Fung et al.(2002) e Ali e Guo (2005) o aumento da captação de investimento externo direto é considerado como uma das principais forças do crescimento econômico chinês nas últimas três décadas.

Anwar e Sun (2012) dizem que a globalização resultou em um aumento significativo do investimento direto externo. Também sobre investimento direto externo, Ayyagary e Kosova (2010) dizem que esta presença estrangeira pode promover a entrada doméstica e empreendedorismo através de: (a) a circulação de trabalhadores estrangeiros para as empresas nacionais; (b) Gestão de conhecimentos relacionados ao *spillover*, que são efeitos indiretos que podem surgir a partir do efeito de demonstração (aprendizados, repase de tecnologias e conhecimento).

Estas empresas estrangeiras podem criar novas oportunidades de negócios nos países destino, o que pode ser descrito como o efeito de criação de demanda. Anwar e Sun (2012) dizem que o impacto do IDE em um determinado país destino varia de indústria para indústria e, conseqüentemente, os resultados apresentados para um país não pode ser aplicado a outro. Isto ocorre também porque o impacto do IDE relacionado com indústrias com foco em exportação depende das suas características e também do país alvo. Algumas outras variáveis também influenciam como o tamanho do mercado, estoque de capital humano, nível de financiamento do mercado e diferença tecnológica entre firmas domésticas e estrangeiras.

De acordo com Tseng e Zebregs (2002), temos dois tipos de IDE, o vertical e o horizontal. O primeiro é quando a entrada de IDE se dá para produção e a manufatura de bens que serão novamente exportados, quando estes bens não serão fortemente vendidos ou consumidos pelo mercado aonde estão sendo produzidos. Este tipo de IDE visa uma redução nos custos de produção utilizando mão de obra barata. De acordo com Farrell (2004) este tipo de IDE tem um impacto mais limitado sobre o país destino, graças ao fato da maioria da produção ser exportada. Mas mesmo assim a presença de empresas estrangeiras beneficiaram os consumidores domésticos, visto que graças aos ganhos de produtividade, e o incentivo na produção em vários setores fizeram a renda nacional crescer. Para Xiamen (2000) este tipo de IDE representava pouca ameaça as empresas locais, que muitas vezes se beneficiavam das empresas estrangeiras que estavam em busca de distribuidores e fornecedores locais. Para Hou (2011) um outro exemplo de benefício deste tipo de investimento externo direto é uma redução de inflação doméstica graças a importação dos bens produzidos fora do país, sendo vantagem aos consumidores do país investidor.

Já em relação ao IDE horizontal, utiliza-se de uma penetração e expansão de mercado da empresa que se está investindo, os bens produzidos serão vendidos no mercado em que está produzindo os bens, este tipo de IDE tem como objetivo uma expansão e crescimento das empresas (TSENG e ZEBREGS, 2002). Em relação ao IDE horizontal Farrell (2004) diz

que o preço para os consumidores diminuiu em 7 de cada 10 casos estudados, assim como a cesta de produtos aumentou para os consumidores.

Em relação aos determinantes de fluxo de investimento para a China, de acordo com Dunning e Lundan (2008) e Fetscherin, Voss e Gugler (2010), pode-se resumir em três frases: a primeira entre 1978 e 2000, onde a maioria das empresas que investiram na República Popular da China (RPC) eram candidatas a recursos econômicos e financeiros. Queriam elas tirar proveito de políticas preferenciais, custos trabalhistas mais baixos e menor regulamentação do meio ambiente. Nesta fase os fluxos vinham principalmente de Hong Kong, Macau e Taipei. Mais recentemente, por causa da legislação ambiental e os custos trabalhistas mais elevados, alguns investimentos deste tipo se mudaram do leste da RPC para o ocidente do país. A segunda ocorre entre 2001 e 2007, empresas que estavam procurando mercado e eficiência foram para a China. Graças a primeira fase de investimentos o país pode investir mais em infraestrutura e a qualidade do trabalho melhorou muito. Estes fatores ajudaram na atração de mais investidores para a RPC como base operacional na Ásia. Os típicos investidores deste estágio são da Europa, Japão e os EUA. Já a terceira fase vem após a crise financeira global, quando mais e mais empresas multinacionais procurando recursos e estratégias a longo prazo, foram à China e descobriram suas vantagens em liquidez, mão de obra qualificada e as novas tecnologias.

Pode-se considerar as formas de entrada de capital na China, em que Fung et al (2002) e OECD (2000) afirmam existir 4 tipos:

- a. **Joint Exploration:** quando várias empresas estrangeiras se alinham com outras para explorar o mercado com certos projetos menores. Esta forma é importante nos estágios iniciais de investimento, porque é utilizada para conhecer melhor o mercado em que está entrando;
- b. **Contractual Joint Ventures (CJVs):** neste caso ocorrem parcerias ou cooperações entre um investidor estrangeiro e uma empresa doméstica para determinado projeto. No caso chinês, este tipo de investimento foi utilizado nas etapas iniciais da reforma por ter um risco menor para o investidor estrangeiro;
- c. **Equity Joint Ventures (EJVs):** o investimento conjunto de uma empresa doméstica (chinesa no caso) e um parceiro estrangeiro para estabelecer uma nova empresa juridicamente independente. As perdas e os riscos neste caso são compartilhados. Este tipo teve seu auge na década de 90, vem diminuindo graças ao domínio dos WFOs;
- d. **Wholly Foreign-Owned Enterprises (WFOs):** uma empresa estrangeira instala uma filial no mercado destino. Neste caso, quem detém os riscos é o investidor, mas também é ele quem tem os lucros. No caso Chinês, houve um crescimento desde sua permissão ocorrida em 1986.

Um dos fatores determinantes para o sucesso, ou não, do IDE é a estrutura econômica. Resultados mostram que o tamanho do mercado do país destino é, especialmente, um fator importante para a atração de IDE. Assim, quanto maior o tamanho do mercado maior será o recebimento de IDE. Em relação aos fatores de custo para a produção, baixos salários são muito importantes para o IDE vertical. Além disso, um fator fundamental é a infraestrutura, que é fundamental tanto para a IDE horizontal quanto a vertical (ALI; GUO, 2005).

Em relação a infraestrutura, Farrell (2004) diz que países em desenvolvimento devem fazer todos os esforços para deixá-la mais forte, incluindo estradas, fontes de energia elétrica, portos, especialmente quando estão tentando atrair IDE orientado para a exportação. Além de fatores econômicos, alguns países fazem políticas para a atração de IDE, dentre estas políticas podemos citar incentivos fiscais, abertura econômica e também uma desvalorização do câmbio (STOHLREIER, 2009). Em relação ao Câmbio, o *renminbi*, a moeda oficial chinesa, foi desvalorizado cerca de 400% em termos nominais entre 1981 e 1995, permanecendo praticamente constante desde então, apesar do forte aumento das reservas internacionais (NONNENBERG et al., 2008).

3.2. Caso chinês: os incentivos fiscais para empresas estrangeiras e adesão à OMC

Para Anwar e Sun (2012), a China tem atraído IDE significativamente desde o final dos anos 1980, isto pode ser atribuído, entre outras coisas, aos incentivos fiscais para empresas estrangeiras e adesão da China à OMC em Dezembro de 2001. Desta forma ela se tornou o principal destino de IDE entre todos os países em desenvolvimento e permanece sediando a maior parte dos recebimentos de investimento diretos externos. Estes incentivos oferecidos na China parte de uma forte crença por parte do governo chinês que o IDE aumenta o crescimento econômico por meios diretos e também canais indiretos.

Estas entradas de IDE têm desempenhado um papel muito importante no rápido crescimento econômico visto na China. Um número significativo de estudos investigam os efeitos do IDE na economia chinesa. Isso inclui estudos que consideram o impacto do IDE sobre a produtividade, o crescimento econômico e das exportações. Sobre os impactos diretos e indiretos, Tseng e Zebregs (2002) dizem que estes contribuíram de várias maneiras para o

crescimento econômico, como por exemplo, as receitas fiscais, lucros de empresas estrangeiras, e aumentos dos impostos resultando em um crescimento nas receitas do governo.

Tudo isso fez com que houvesse um aumento na formação do capital gerando um aumento importante na acumulação de capital. Para Stohldreier (2009), para toda essa atração de capital ser possível, foi necessário estabelecer instituições orientadas para o mercado.

Com a promulgação em 1979 da Lei de equidade e *Joint Venture*, a China tem desde então progressivamente liberado o seu regime de investimento externo, reduzindo as restrições no IDE, abrindo mais e mais setores para este tipo de investimento e melhorado consideravelmente o seu ambiente geral de investimentos. O IDE desempenhou um papel cada vez mais importante em termos de criação de externalidades positivas por formação de reforço de capital fixo, criação de emprego, capacitação para o trabalho, a promoção da exportação e um melhor acesso à tecnologia (OKABE, 2002).

De acordo com Xiamen (2000), o governo chinês implementou várias políticas para atrair empresas estrangeiras para investirem na China. A política mais atrativa é a concessão de impostos menores para empregar investimento estrangeiro, e políticas fiscais diferenciadas, oferecidas para os setores e regiões aonde o investimento é incentivado pelo Estado.

3.3. Evolução do processo do Investimento Direto Externo na China

Pode-se ver vários dos benefícios e motivos para que houvesse este foco no IDE na China, por outro lado, para que toda essa transformação tenha acontecido na China, muitas mudanças precisaram ser feitas, principalmente mudanças estruturais. Para ver a realidade em que a China vivia antes do início das reformas em relação a este tipo de políticas, existe uma mensagem escrita no Diário do Povo, 2 de Janeiro de 1977: “Nunca será permitido o uso de capital estrangeiro para desenvolver nossos recursos domésticos como os revisionistas soviéticos fizeram, nunca terão empresas em mãos de outros países e também nunca será aceito empréstimos estrangeiros” (RENMIN RIBAO, 1977).

No mesmo ano, só que em Março, agora no jornal Hong Qi (1977), que é um jornal publicado pelo Comitê Central do Partido Comunista Chinês, uma matéria afirmava que o Estado era um Estado socialista independente e soberano. Aonde nunca tinham permitido e não iriam permitir que capital estrangeiro investisse na China. Também, nunca se juntaria

com países capitalistas para explorar os recursos naturais chineses; nem iriam explorar recursos de outros países. Nunca tinham e nunca iriam embarcar em Joint Ventures com capitalistas estrangeiros.

Na estrutura de propriedade vigente antes de 1978, todas as empresas estavam sob controle do Estado. Junto com a promoção do Investimento Direto Externo, essas propriedades passaram a ter um controle misto, sendo este controle exercido sob o domínio das empresas estatais, coletivas e empresas privadas (STOHLTREIER, 2009).

Pode-se dizer que houve três fases essenciais na liberalização política na China para o IDE: a primeira destas fases implicou numa liberalização gradual e limitada; a segunda fase promovia os envolvidos ativos através de um tratamento preferencial; e a terceira e última fase foi a mais abrangente e incluiu o alinhamento da promoção do IDE com objetivos industriais nacionais. Um dos primeiros e importantes passos em relação a essas políticas foi a tomada de decisão da China para ampliar suas responsabilidades frente às relações com o Fundo Monetário Internacional, em Abril de 1980. Em 1982 ocorreu a decisão de fato para abrir a economia em relação ao IDE, este foi formalmente incorporado na Constituição e aprovada no sexto Congresso Nacional. Em 1983 foram regulamentadas as Joint Ventures e os mercados domésticos liberalizados para o investimento estrangeiro. Mais da liberalização e reformas foram tomadas em 1984 através do aumento no programa de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) (DAS, 2011a,b). De acordo com FUNG et al.(2002) regras mais favoráveis para encorajar as IDEs foram feitas em 1986. Foi dada a prioridade para Joint Ventures voltadas a exportação e de alta tecnologia. Neste mesmo ano, o Conselho de Estado promulgou uma outra lei de incentivo ao IDE, esta lei ficou conhecida como “Artigo de 22 decretos”, aonde previa para as Joint Ventures tratamento fiscal preferencial, liberdade para importar matéria-prima e equipamentos, bem como o direito de reter o swap de divisas. Procedimentos de licenciamento também foram simplificados. Para Li (2013) as coisas mudaram após a década de 1980, na medida em que mais e mais empresas investiam na República Popular da China, esta tendência se acelerou na década de 1990. Antes de 1985, o influxo de IDE no país parecia ineficaz. No período entre 1979 e 1984 foram registrados apenas US\$ 4,1 bilhões de entrada de IDE na China, já em 1992 o fluxo anual foi de US\$ 11 bilhões e mais acelerados depois disso. Para Lai (2003) para continuar este ambiente de investimento, mais restrições ao IDE foram eliminados em 1992, proporcionando um grande impulso. Para Fung et al., (2002) em 1995 foi lançado uma medida provisória de orientação para projetos de investimento estrangeiro. Estes princípios e instruções deu prioridade aos

setores da agricultura, energia, indústria de alta tecnologia e os fluxos de IDE que utilizavam recursos nas regiões do noroeste chinês. Com esta política o governo queria atrair investimento nessas províncias até agora negligenciadas e também visava uma maior dispersão geográfica do IDE. Seguindo esta linha, Das (2007) concorda com Fung et al. (2002), dizendo que à medida que foi atribuída alta prioridade na promoção de exportação e importação de tecnologia avançada, pelos responsáveis políticos, um pacote melhorado de benefício nos impostos foi oferecido às empresas que produziam produtos exportáveis e também para os que utilizavam tecnologia avançada. Um pouco mais adiante o autor diz que em 1994 um novo conjunto de reformas foi feito visando facilitar ainda mais a gestão cambial pelas empresas de investimento estrangeiro (EIEs). Dois anos depois, em 1996, a China aceita as obrigações do artigo VIII do FMI, que eliminaria todas as restrições na operação de câmbio. O autor com isso afirma que graças a esta longa sequência de reformas planejadas ajudou muito a conseguir a confiança dos investidores para a economia chinesa, que se refletiu em uma entrada rápida de IDE.

Para Medeiros (1998) ao longo deste período a principal fonte de divisas internacionais foram as exportações, sendo estas responsáveis por mais de 77% das dividas obtidas em 1988, e mais de 81% das dividas obtidas em 1990. Apenas em 1991 o IDE passou a ocupar a segunda opção na obtenção de divisas, passando os empréstimos dos bancos e credores oficiais. Em 1993, somente dois anos depois, o ingresso de investimento direto externo excedeu em 10 vezes o ingresso de empréstimos comerciais.

3.4. Investimento Direto Externo e seus benefícios

Para Cheung e Lin (2004) uma das principais motivações para os países em desenvolvimento para a atração de IDE é a obtenção de tecnologia avançada dos países desenvolvidos e desta forma estabelecer uma capacidade de inovação doméstica. Ao trazer novas tecnologias e produtos dos países de origem, o IDE pode beneficiar a inovação das empresas nacionais de várias maneiras.

Em primeiro lugar, as empresas locais podem aprender sobre desenhos dos novos produtos e tecnologias por meio de engenharia reversa e em seguida melhorar a qualidade deles para chegar às inovações. As experiências japonesas nos anos 1960-70 são um bom

exemplo desta forma de aprendizagem. Em segundo, o investimento pode causar repercussão para as empresas locais através do volume de negócios vinculados ao mercado de trabalho, em que trabalhadores qualificados em empresas multinacionais transferem-se para empresas nacionais. Em terceiro, este tipo de captação de investimento pode gerar um “efeito demonstração”, situação em que a mera presença de produtos estrangeiros em mercados domésticos pode estimular o pensamento criativo nas empresas locais. Assim ajudará a gerar projetos para novos produtos e processos. Considerando que esses produtos ou tecnologias são testados nos mercados domésticos, produtos e tecnologias semelhantes provavelmente irão se adequar bem nesses países em desenvolvimento.

Isto foi muito benéfico para países como a China, onde antes da entrada de investidores estrangeiros havia falta de variedades de produtos.

Para Martinsons e Tseng (1995) além do benefício tecnológico fornecido por empresas estrangeiras, um *know-how* técnico, de gestão e de capital também é conseguido através da participação de empresas de fora na economia doméstica. Sistemas de eficiência, competição, recompensa com base no mérito e controle de qualidade foram absorvidos no processo. Há evidências de que as empresas nacionais começaram a copiar práticas e atitudes de treinamentos de empresas estrangeiras. De acordo com os autores, as *joint ventures* podem acelerar a curva de aprendizado corporativo e fornecer uma base eficaz para o desenvolvimento de um mercado emergente.

Para Anwar e Sun (2012) este progresso tecnológico fornecido pelas empresas estrangeiras tem contribuído de forma significativa através dos ganhos citados por Martinsons e Tseng (1995) no custo da coordenação das atividades de produção em vários locais. Desta forma, as empresas estão cada vez mais envolvidas em dividir os processos de trabalho na produção em diversas etapas. Isto permite que empresas estrangeiras tirem vantagens do valor da força de trabalho mais baixos na China e no Vietnã.

Além desses ganhos Stohldreier (2009) está de acordo que a entrada de IDE cria várias oportunidades de emprego e de competências para os trabalhadores locais. A taxa de desemprego na China diminuiu constantemente ao longo das últimas três décadas. Whalley e Xin (2006) afirmam que as empresas de investimento estrangeiro constituem cerca de 20% do PIB da China, mas eles empregam apenas 3% da população. Lu (2002) afirma também que a criação de emprego tem sido um dos principais benefícios do Investimento Direto Externo,

dando como exemplo a Nokia, que tem investido fortemente na China e uma nova fábrica, que criou cerca de 15.000 postos de trabalho diretos.

Whalley e Xin (2010) afirmam que mesmo com os ganhos de tecnologia e gestão apresentados acima a economia chinesa pode ser vista como sendo constituída por duas sub economias: uma parte que tem investimento estrangeiro e consiste principalmente em *joint ventures*; e a outra parte é a não estrangeira, constituída principalmente por empresas nacionais. De acordo com os autores, a força de trabalho na parte da economia com investimento estrangeiro é aproximadamente nove vezes mais produtiva do que a outra, e essa parte de investimentos estrangeiros da economia apresentou uma taxa de crescimento de 18%, cerca de três vezes a taxa de crescimento da economia não estrangeira.

Para Nonnenberg et al. (2008) é bem visível que esta baixa proteção à propriedade intelectual apresenta-se como uma barreira à entrada de IDEs em qualquer país. No caso específico da China, porém, os demais incentivos oferecidos pelo governo, o ganho de mercado e de produção, compensam os prejuízos decorrentes destas práticas.

De acordo com Zhang (1994) as desregulamentações e reformas realizadas buscavam tornar algumas províncias ou cidades mais atraentes para os investimentos das multinacionais. Surge aí o melhor exemplo disso com a criação de Zonas Econômicas Especiais.

3.5. Zonas Econômicas Especiais (ZEEs)

Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) são áreas sociogeográficas designadas para atividades econômicas em países que estabelecem regulamentações econômicas especiais, diferenciadas de outras regiões do mesmo país, em que as normativas contem medidas que tendem a ser favoráveis ao investimento direto externo. Normalmente a realização de negócios em uma zona econômica especial significa que uma empresa vai receber incentivos fiscais e pagar tarifas mais baixas (INVESTOPEDIA, 2015).

Para Ge (1999) o conceito de zonas econômicas especiais não é novo, ele diz que desde 1960 zonas deste tipo tem sido usadas por inúmeros países, principalmente na Ásia, sendo uma estratégia inovadora de desenvolvimento na substituição de importação, e também, orientar as decisões econômicas para o crescimento das exportações.

Nonnenberg et al. (2008) reafirma que o crescimento dos investimentos diretos externos na China foi um dos fatores importantes para o desenvolvimento do país. Também diz que a presença das empresas multinacionais (EMNs) no país não pode ser avaliada fora do contexto específico. Desde o início, as EMNs dirigiram-se quase que exclusivamente para as ZEEs, recebendo vários benefícios para implantação das plantas industriais, tais como incentivos fiscais, terrenos e edificações. Lá se instalavam ao lado de fornecedores e de outros setores industriais. Na região havia uma superestrutura com centros de pesquisas, incubadoras de empresas, laboratórios e infraestrutura de energia e transporte. Uma localização privilegiada dessas facilitou muito o surgimento de transbordamentos tecnológicos, ou em outras palavras, ganhos indiretos ou *spillovers*.

Para que estas zonas iniciassem, GE (1999) afirma que em 1979 o Conselho de Estado da China concedeu para as províncias costeiras do sul de Guangdong e Fujian vários privilégios econômicos especiais, que permitiam experimentar projetos de desenvolvimento com base nas ideias de tentativa de acerto e erro. Isto permitia que novos conceitos vindos do exterior pudessem ser introduzidos, absorvidos e testados nestas zonas especiais. Somente após provarem serem essas medidas eficazes e bem sucedidas é que iriam ser reproduzidas para o restante da economia.

Os incentivos incluíam privilégios tributários em isenção de impostos, taxas concessionais fiscais, taxas preferencias para terra, acordos flexíveis com cláusulas de duração do projeto, por tamanho do setor a ser investido e localização. O objetivo era o de conseguir um menor custo de produção ou operação, gerando potencial para realização de lucros maiores. O estabelecimento dessas ZEEs consistiu num dos principais ingredientes do pacote de políticas implantado pelo governo chinês, e por conseguinte, outras zonas econômicas foram abertas, como as de Shenzhen, Zhuhai, Shantou, localizadas no litoral sul chinês.

Ge (2009) comenta que Shenzhen tinha cerca de um terço do território de Hong Kong e mais da metade de Singapura. Dentro da área de Shenzhen Ge (1999) diz que em 1979 quase 80% dos moradores estavam ligados às atividades agrícolas e à pesca. A base industrial e a infraestrutura local eram muito fracas pois somente um quarto dos trabalhadores estavam empregados, a capacidade de geração de energia elétrica era insignificante, a mão de obra qualificada e semiquilificada local era escassa. Porém esta não era a situação somente de Shenzhen, e sim da área de todas outras ZEEs. Além de tudo isso, uma das maiores preocupações para o desenvolvimento das zonas econômicas era a implantação da

infraestrutura, a garantia dos serviços e o excedente de mão-de-obra, necessários para se atingir um nível operacional efetivo.

Por isso, em 1979 a construção das ZEEs teve o apoio financeiro dos governos central e das províncias, sendo que 48% dos investimentos em capital fixo em Shenzhen foram financiados por fundos estatais. O desenvolvimento das zonas pode ser dividido em duas fases: a primeira sendo uma estruturação inicial e uma subsequente expansão a partir de 1985, ano marcado pelos chineses como o início da fase de desenvolvimento em Shenzhen. Após cinco anos do início do projeto a China inicia uma fase de crescimento com taxa média anual de 10% entre 1980 e 1995. Neste mesmo período Shenzhen teve seu crescimento a impressionante taxa de 35,5%, em termos reais. O valor das exportações dessa ZEE expandiu de US\$ 9,3 milhões para US\$ 18 bilhões praticamente dobrando durante este período.

Para Nonnenberg et al. (2008) a decisão de localizar as ZEEs nessas regiões não foi por mera coincidência, pois o desenvolvimento industrial da China contou com duas importantes vantagens geográficas. A primeira, pela proximidade com Hong Kong e Macau, foi criada quatro ZEEs nesta região. Esta decisão foi tomada graças ao acúmulo de capital que tinha sido realizado nestas localidades, graças ao desenvolvimento do comércio e das finanças, em um primeiro momento, e num segundo, mais recentemente, com a indústria de transformação nos setores de brinquedos, vestuários, etc.

Para efeito de comparação, as ZEEs apareceram para reverter perdas locais, que ameaçavam a produtividade destas localidades e provocavam aumento nos preços da mão-de-obra e dos terrenos, pois o PIB *per capita* da China em 1980 representava cerca de US\$ 300, enquanto o de Hong Kong, se aproximava dos US\$10 mil.

Para Nonnenberg et al. (2008) a criação das primeiras ZEEs nesta região perto de Hong Kong e Macau, permitiu o deslocamento industrial para o território da China, ao mesmo tempo que estes países passavam a produzir seus produtos, superiores em escalas da tecnologia. Neste processo, houve transferência da capacidade gerencial, da organização da produção e ampliação de contratos comerciais com o resto do mundo, em um contexto de identidade cultural comum, com o conhecimento das características das potencialidades locais por parte dos investidores, que em sua maioria eram chineses expatriados. Para Tseng e Zebregs (2002) esta proximidade e conhecimento cultural, também é um dos fatores que influenciam no sucesso de IDEs.

Para Nonnenberg et al. (2008) graças aos bons resultados iniciais nessas áreas, incentivou o governo chinês a criar outras 14 ZEEs ao longo do litoral em 1984.

No final da década de 1980 todo o litoral chinês já havia sido atingido pelas zonas econômicas, e na década seguinte elas já tinham alcançado o interior do país. O litoral chinês além de ser próximo de Hong Kong, também é muito próximo de países como Japão, Coreia do Sul e Taiwan, condição fundamental para a continuação da expansão das ZEEs.

CAPITULO IV. ANÁLISE SOCIOECONÔMICA PRÉ E PÓS REFORMA

4.1. Evolução pós reforma indicadores econômicos e sociais.

Após ver as hipóteses e teorias em relação ao crescimento chinês, é interessante que vejamos alguns dados que comprovarão, ou não, tudo que foi escrito antes. Para avaliar se de fato a China teve uma evolução pós reforma, devemos dar uma olhada tanto em dados econômicos quanto sociais.

Neste período pré reforma, vemos que de uma forma geral há um crescimento no PIB chinês, mas esse se mostra inconstante em um movimento de “sobe e desce”. O maior crescimento aconteceu em 1970, tendo um aumento de 19%.

Em cinco momentos vemos um decréscimo do PIB, esses sendo em 1961, 1962, 1967, 1968 e 1976. Comparando com a média mundial podemos ver que em onze períodos a China cresceu mais que a média e em muito deles, quando cresceu, foi muito próximo da média dos outros países.

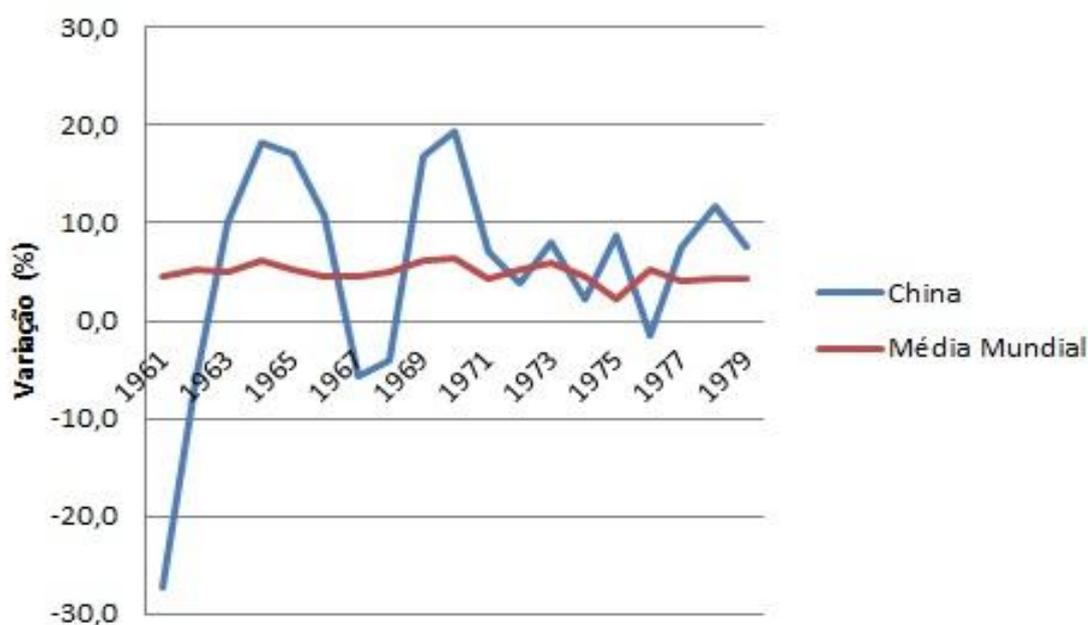


Gráfico 1. China: crescimento do PIB e média mundial (1961-1979)

Fonte: Banco Mundial (2015)

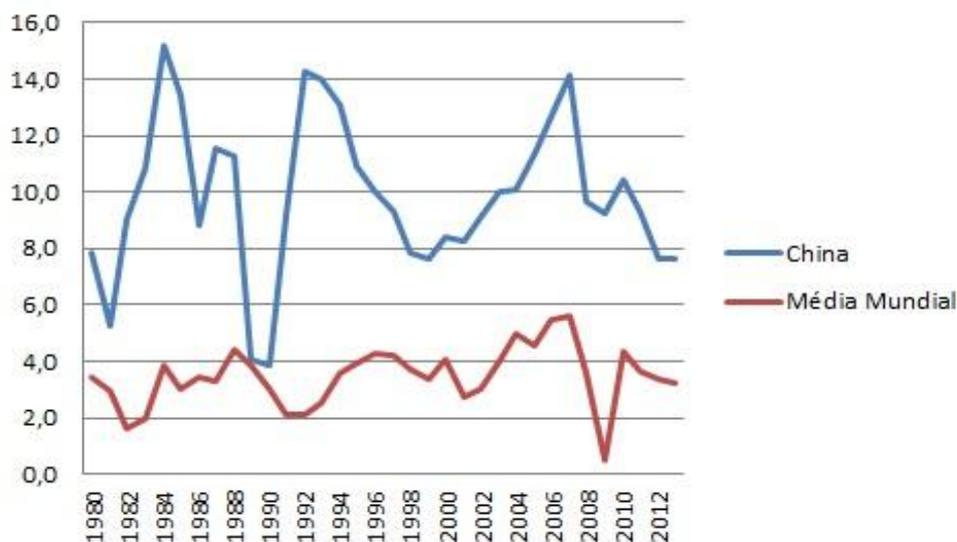


Gráfico 2. China: crescimento do PIB e média mundial (1980-2013)

Fonte: Banco Mundial (2015)

No gráfico 2, que mostra o período pós reforma, também não apresenta uma constância, mas em comparação ao gráfico 1, pode-se ver que o crescimento nesse período é maior. Não houve um crescimento de 19%, mas no acumulado esse período apresenta um crescimento bem expressivo. O menor crescimento do PIB em 33 anos foi de 3,8% e em 16 anos, apresenta crescimento superior ou igual a 10%. Sendo o crescimento desse período de 9,45%, foi um crescimento e uma média consideravelmente altos. Também podemos ver que a partir do ano de 1999, a China apresentou um crescimento sempre maior ou igual ao ano anterior até 2007, vale lembrar que em 2008 ocorreu a crise global e isso também afetou o crescimento chinês, que mesmo assim cresceu na casa dos 9%. Para essa contribuição no crescimento no início do século XXI, vale lembrar-se da adesão da China à OMC em 2001.

Agora comparando com a média mundial, podemos ver que em todos períodos cresceu-se mais que a média mundial. Sendo que em 31 dos 33 anos visíveis, cresceu-se bem acima dessa média, o que é consideravelmente notável, ainda mais manter um crescimento desses por todo esse tempo.

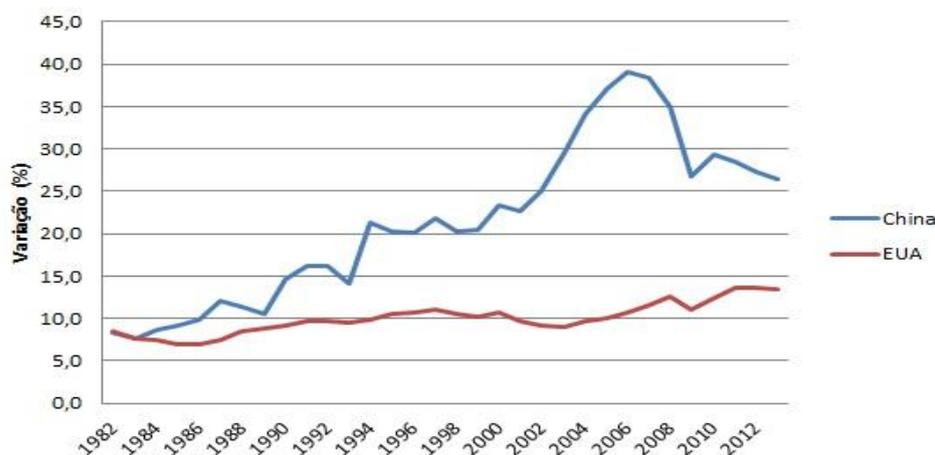


Gráfico 3. China e EUA: PIB de exportação de bens e serviços (1982-2013)

Fonte: Banco Mundial (2015)

Desde a abertura econômica e sua reforma se pode ver um aumento significativo na representatividade das exportações chinesas na composição de seu PIB. Esta era menor que 9% no início da década de 1980 e chegou a quase 40% em 2007. Depois desse ano voltou a cair, muito em função também da crise de 2008. Mesmo caindo, permaneceu em um nível alto. Novamente se consegue ver que a partir da adesão à OMC em 2001, houve um crescimento alto até a crise, da mesma forma que o PIB. Quando se olha os dados dos Estados Unidos, se pode ver que esse é de certa forma constante, o que não acontece com a China, que a partir de 1994 até 2013 tem o dobro de representatividade das exportações no PIB se comparado com os EUA.

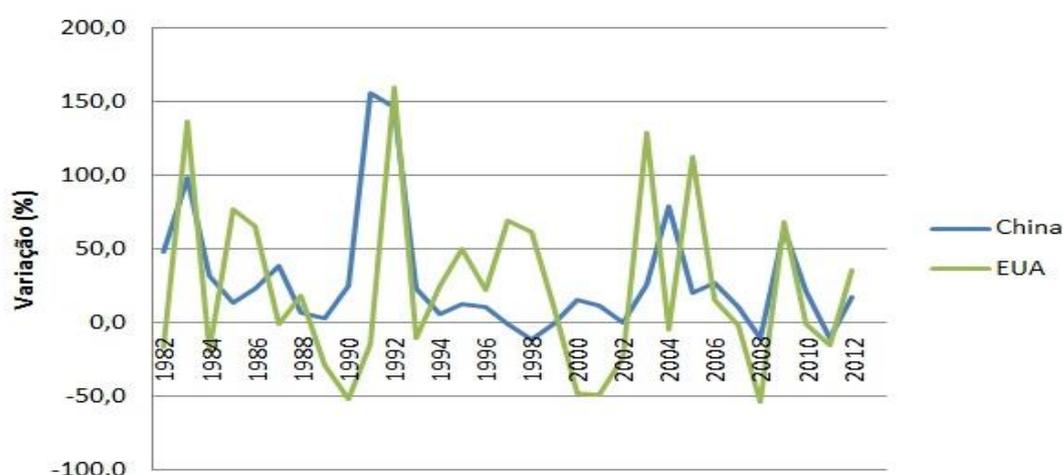


Gráfico 4. China e EUA: Variação anual de entrada de IDE (1982-2013)

Fonte: Banco Mundial

A variação anual na entrada de Investimento Direto Externo é bem inconstante, não há muitos períodos seguidos onde há um crescimento constante. A variação máxima vista foi no ano de 1991 foi quando teve uma variação de 155% de um ano para outro, o que é um aumento bem considerável. Esse foi o ano que justamente o IDE passou a ser a segunda maior fonte de obtenção de divisas pelo governo da China. Mesmo assim é difícil estabelecer um padrão no valor dessas entradas.

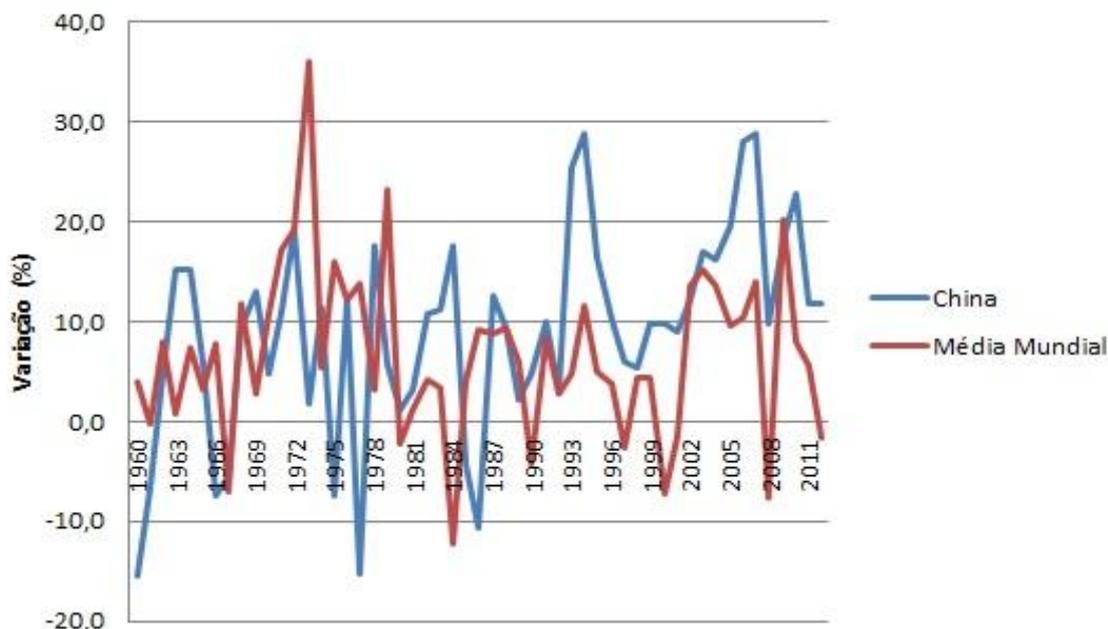


Gráfico 5. China: variação PIB per capita (1960-2011)

Fonte: Banco Mundial

Em relação a variação do PIB per capita podemos separar o gráfico em dois momentos, um até o ano de 1979, quando se começou a reforma e outro depois desse período. No gráfico como um todo, se pode ver que tanto a variação Chinesa quanto a mundial é inconstante e varia muito. Porém, na primeira parte do gráfico se consegue ver que tem momentos que a variação chinesa é maior do que a média mundial, e em outros momentos acontece o contrário. Já na segunda parte do gráfico, quase que em sua totalidade a variação do PIB per capita chinesa está acima da média mundial.

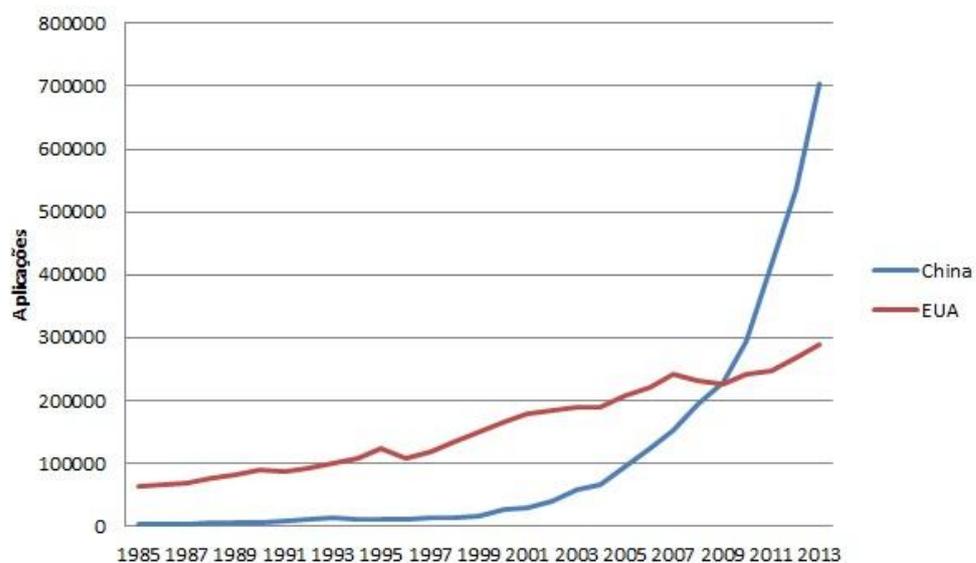


Gráfico 6. China e EUA: número de aplicação para patentes (1985-2013)

Fonte: Banco Mundial (2015)

Em relação ao número de aplicações para patentes, até 2002 é até certo ponto estável tanto as da China quanto as dos EUA, a partir desse momento as patentes chinesas começam a crescer exponencialmente e ultrapassam os americanos em 2009. Em 2013 as aplicações por parte da China já são duas vezes mais do que as americanas.

CONCLUSÃO

A reforma econômica chinesa se mostrou bem efetiva em questões econômicas. Desde 1979 quando a China começou a se tornar uma grande economia muito teve que ser mudado. Um dos pontos mais difíceis e que teve que ser trabalhado muito foi a mudança na mentalidade do que realmente era a China e o Socialismo, pois era inimaginável que um dia um país dito socialista iria tomar rumos que seria praxe de países capitalistas. Isso é tão forte que muitos autores publicaram vários questionamentos do quanto socialista realmente a China seria e muitas vezes levantando questão de que se o modelo adotado não seria uma mistura dos dois sistemas. Uma coisa é certa em relação a isso, que sem ter um controle totalitário sobre o país a reforma dificilmente teria alcançado os resultados apresentados.

Quando falamos da forma com que foi encaminhada a reforma, com uma ênfase muito grande no Investimento Direto Externo e todas as mudanças institucionais realizadas para que isso fosse possível podemos ver que de fato foi feito um planejamento a longo prazo muito bem pensado e que o governo atuou de forma muito ativa em tudo que envolvesse essa mudança. Outro fator interessante que foi apresentado foi o fato de a China fazer experimentos locais das suas novas políticas, fazendo melhorias necessárias até o sucesso dessa e assim passando a implementar no resto da econômica, trabalhando dessa forma as mudanças passam a ter muito mais chance de dar certo e quando isso se mostra verdadeiro, os programas não perdem credibilidade. As mudanças sempre se mostraram ser de uma forma gradual, respeitando um tempo para a adaptação e não querendo fazer políticas com uma quebra total, como aconteceu na Rússia.

Olhando os dados socioeconômicos, podemos constatar uma melhora geral em praticamente tudo que foi apresentado. Desde o início da reforma o crescimento do PIB foi sempre maior que a média mundial, a representatividade nas exportações cresceu muito, a variação do PIB per capita passou a ser sempre maior que a média mundial, o número de aplicação de patentes teve um crescimento exponencial e ultrapassaram os EUA, a expectativa de vida se aproximou da americana e os gastos do governo per capita com saúde quase igualou a média mundial. A entrada na OMC se mostrou muito importante também, principalmente nos índices econômicos, quando vários dos dados apresentar tiveram um crescimento muito grande a partir dessa época. Um dos índices que mais mostrou inconstante curiosamente foi o da entrada de Investimento Externo Direto, o que leva a pensar que sim ele

é muito importante, mas o principal é saber como trabalhar com o IDE para esse conseguir realmente ter um papel fundamental de mudança na economia, e para mim esse foi o grande feito chinês, saber usar o seu mercado, os seus benefícios para atrair capital e usar esse para realmente causar uma mudança e melhorar a economia e o país como um todo, e se tudo isso foi possível e realmente aconteceu se deve ao líder Deng Xiaoping, que foi quem sonhou primeiramente com isso que hoje é uma realidade. E é esse ponto de saber valorizar o que tem de forte e usar ao seu favor sem medo, mas com planejamento que eu deixaria de lição para os outros países, de como a China sabia o que poderia oferecer e interessaria as outras econômicas e fez isso sem perder soberania, sem ceder mas sim utilizando disso para suprir o que mais lhe faltava.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALI, Shaukat; GUO, Wei. (2005). "Determinants of FDI in China". **Journal of Global Business and Technology**, 1 (2): 21-33.
- ANWAR, Sajid; SUN, Sizhong. (2012). FDI and market entry/exit: Evidence from China. **Journal Of Asian Economics**. Beijin, p. 487-498. abr. 2012.
- ATKEARNEY. **Connected Risks: Investing in a Divergent World**. Disponível em: <<https://www.atkearney.com/research-studies/foreign-direct-investment-confidence-index/2015>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- AYYAGARI, Meghana; KOSOVA, Renáta. (2010). **Does FDI Facilitate Domestic Entry? Evidence from the Czech Republic**, Review of International Economics, 2010.
- BOLESTA, A. (2007). **China as a Development State**. *Montenegrin Journal of Economics*. No.5: 105-11
- CHEN, Kang; JEFFERSON, Gary H; SINGH, Inderjit. (1991). Lessons from China's Economic Reform. **Journal Of Comparative Economics**. Dc, p. 201-225. set. 1991.
- CHEUNG, Kui-yin; LIN, Ping. (2004). Spillover effects of FDI on innovation in China: Evidence from the provincial data. **China Economic Review**, Hong Kong, v. 15, n. 1, p.25-44, 2004.
- DAS, Dilip K. (2007). 'Foreign direct investment in China: its impact on neighboring Asian economies', **Asian Business and Management**, 6 (3), pp. 285–301.
- DUNNING, J. H., LUNDAN, S. M. (2008). **Multinational Enterprises and The Global Economy**. 2nd ed. Cheltenham: Edward Elgar.
- FARRELL, Diana. The Case for Globalization. (2004). **The Magazine Of International Economic Policy**, Washington, D.c, v. 4, n. 6, p.52-55, fev. 2004.
- FETSCHERIN, M., H. Voss; GUGLER P. (2010). **30 Years of Foreign Direct Investment to [the People's Republic of] China: An Interdisciplinary Literature Review**. 19: 235–46.
- FUNG, K.C., IIZAKA, Hitomi; TONG, Sarah. (2002). **Foreign Direct Investment in China: Policy, Trend and Impact. Preliminary and incomplete"** University of California and University of Hong Kong. Hong Kong.
- GE, Wei. (1999). Special Economic Zones and the Opening of the Chinese Economy: Some Lessons for Economic Liberalization. **World Development**, Lewisburg, v. 27, n. 7, p.1267-1285, jul. 1999
- HONG QI. **Red Flag**, March 1977.
- KLEINBERG, Robert. (1990). **China's "Opening" to the Outside World**. Boulder, Colo: Westview, 1990). 1.
- HOU, Jack W.. (2001). Economic reform of China: Cause and effects. **The Social Science Journal**. China, p. 419-134. jul. 2011.
- INVESTOPEDIA. **Special Economic Zone - SEZ**. Disponível em: <http://www.investopedia.com/terms/s/sez.asp>>. Acesso em: 15 jun. 2015.
- LAI, P. (2003). 'Foreign direct investment in China: recent trends and patterns', **China and the World Economy** 8(2): 25–32.

- LI, L., A.J. Dray-Novey, KONG, H., (2007). *Beijing: From Imperial Capital to Olympic City*. **New York: Palgrave Macmillan**.
- LI, Zhongmin. (2013). How Foreign Direct Investment Promotes Development: The Case of the People's Republic of China's Inward and Outward FDI. **Asian Development Bank**, Metro Manila, v. 304, n. 2, p.1-32, fev. 2013
- LU, J. W. (2002). 'Intra- and inter-organizational imitative behavior: Institutional influences on Japanese firms' entry mode choice'. **Journal of International Business Studies**, 33, 1, 19-37
- MARTINSONS, Maris; TSENG, Choo-sin. (1995). Successful Joint Ventures in the Heart of the Dragon. **Long Range Planning**. Hong Kong, p. 3-45. 1 out. 1995.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar. **Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados USP, 1998
- NONNENBERG, Marcelo Braga et al.. **O crescimento econômico e a competitividade chinesa**. Rio de Janeiro: Ipea, 2008.
- OECD, (2008), OECD Benchmark Definition of Foreign Direct Investment, Fourth edition, OECD Publishing. **OECD. FDI Regulatory Restrictiveness Index**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/investment/fdiindex.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- OECD, (2000). Main Determinants and Impacts of Foreign Direct Investment on China's Economy." **Working Papers on International Investment 2000/4**.
- OECD, (2000). **Foreign Direct Investment in China, 11-12 September 2000, Xiamen, Fujian Province**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/investment/investmentfordevelopment/foreigndirectinvestmentinchina11-12september2000xiamenfujianprovince.htm>>. Acesso em: 20 maio 2015.
- OKABE, M. (2002) 'International R&D spillover and trade expansion', **ASEAN Economic Bulletin** 19(2): 111-136.
- RENMIN RIBAO, **People's Daily**, January 2, 1977, p.1
- ROLAND, G. (2008). **Fast-moving and Slow-moving Institutions**, in: (eds.) J. Kornai, L.Máltyás and G.
- ROLAND, Gerard (2001) '**The Political Economy of Transition**', William Davidson Working Paper Number 413, Online, Available HTTP:<<http://www.worldbank.org/transitionnewsletter/mayjune2002/>>(accessed 5 May 2015)
- ROLAND, G. **Institutional Change and Economic Behaviour**. Basingstoke, UK and New York: Palgrave Macmillan: 134-59.
- SAICH, Tony (2001), **Governance and Politics of China**, New York: Palgrave.
- SHIRK, Susan L. (1993), **The Political Logic of Economic Reform in China**, University of California Press.
- SHIRK, Susan L. (1994), **How China Opened Its Door: The Political Success of the PRC's Foreign Trade and Investment Reforms**, Washington, D.C.: The Brookings Institution.
- STOHLREIER, Marie-theres. (2009). **The Impact of Foreign Direct Investments on Economic Growth in China during the Era 1979-2009**. 2009. 75 f. -, Institute For Empirical Research In Economics, Zurich, 2009.

THE RESEARCH DEPARTMENT OF PARTY LITERATURE, CENTRAL COMMITTEE OF THE COMMUNIST PARTY OF CHINA (1991). **Major Documents of the People's Republic of China** – Selected Important Documents since the Third Plenary Session of the Eleventh Central Committee of the Communist Party of China (December 1978 and November 1989). Beijing: Foreign Languages Press

TISDELL, C.A. (1993). **Economic Development in the Context of China**. London: Macmillan and New York: St. Martin's Press

TISDELL, C.A. (2007). Economic and Business Relations between China and Australia: Insights into China's Global Economic Footprint, in: (eds.) P. Basu, G. O'Neill and A. Travaglione. **Engagement and Change**. Brisbane: Australian Academic Publishers: 11-24.

TISDELL, Clem. (2009). Economic Reform and Openness in China: China's Development Policies in the Last 30 Years. **Economic Analysis & Policy**. Brisbane, p. 271-294. set. 2009.

TSENG, Wanda, ZEBREGS, Harm. (2002). Foreign Direct Investment in China: Some Lessons for Other Countries." **International Monetary Fund. IMF Policy Discussion Paper**.

ZHENGYI, Wang. (2004), "Conceptualizing Economic Security and Governance: China confronts globalization", **The Pacific Review**, Vol. 17, No. 4: 523-545.

WANG, Zhengyi. **Understanding Transition in China: Domestic Tensions, Institutional Adjustment and International Forces**. Disponível em: <<https://www.princeton.edu/~pcglobal/conferences/beijing08/papers/Wang.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2015.

WHALLEY, J., XIN, X. (2010). "China's FDI and non-FDI economies and the sustainability of future high Chinese growth." **China Economic Review**, 21 (1), 123-135

WHALLEY, J., XIN, X. (2006). "China's FDI and non-FDI economies and the sustainability of future high Chinese growth." **National Bureau of Economic Research**. NBER Working Paper 12249.

YABUKI, Susumu. (1995). **China's New Political Economy: The Giant Awakes**. Boulder: Westview Press., 352 p

ZHANG, H. (1994). Location-specific Advantages and Manufacturing Direct Foreign Investment in South [the People's Republic of] China. **World Development** 22(1):45-53.